

CADERNO

101

FADENOR
FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR DO NORTE DE MINAS

1 . 248 . 490

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
ADOLESCENTE - PROCESSO SELETIVO
JANUÁRIA - MG**

Conselheiro Tutelar

ORIENTAÇÕES

- 01 - Este caderno contém questões do tipo múltipla escolha.
- 02 - Verifique se o caderno contém falhas: folhas em branco, má impressão, páginas trocadas, numeração errada, etc. Encontrando falhas, levante a mão. O Fiscal o atenderá e trocará o seu caderno.
- 03 - Não marque mais de uma resposta para a mesma questão, nem deixe nenhuma delas sem resposta. Se isso acontecer, a resposta não será computada.
- 04 - Para marcar as respostas, use preferencialmente caneta esferográfica com tinta azul ou preta. **NÃO** utilize caneta com tinta vermelha. Assinale a resposta certa, preenchendo toda a área da bolinha.
- 05 - Tenha cuidado na marcação da Folha de Respostas, pois ela não será substituída em hipótese alguma.
- 06 - Confira e assine a Folha de Respostas, antes de entregá-la ao Fiscal. **NA FALTA DA ASSINATURA, A SUA PROVA SERÁ ANULADA.**
- 07 - Não se esqueça de assinar a Lista de Presenças.

OBS.: Candidatos com cabelos longos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas durante a realização das provas. É proibido o uso de boné.

NOME:

Nº DO PRÉDIO:

SALA:

ASSINATURA

COTEC
CONCURSOS
TÉCNICOS

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 01

Nem todas as crianças e adolescentes tiveram seus direitos assegurados e protegidos, ao longo do processo sócio-histórico de formação das regiões brasileiras. Ao contrário do que é preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pessoas identificadas como “menores” eram comumente caracterizadas de forma pejorativa e preconceituosa, principalmente porque se encontravam nas mais diversas situações de risco e vulnerabilidade sociais. O ECA (1990), então, rompe com os paradigmas legais e com esse histórico menorista ao prever direitos necessários ao desenvolvimento desse segmento infantojuvenil. Com base nos argumentos e estudos realizados indique, a seguir, a alternativa mais coerente com as proposições desse dispositivo legal.

- A) As ações direcionadas às crianças e aos adolescentes no Brasil se alteraram muito pouco, quando comparadas às previsões dos primeiros Códigos de Menores.
- B) Os juízes são os primeiros e principais agentes responsáveis pela garantia de direitos, para a aplicação de medidas protetivas e a constituição da rede socioassistencial que, em cada município, é responsável pelo atendimento das demandas infantojuvenis.
- C) O ECA inova em suas prerrogativas sobre a proteção particular às crianças, demarcando o atendimento prioritário para as pessoas com necessidades especiais.
- D) As garantias previstas no ECA legitimam princípios fundamentais como o da dignidade humana, alargando as possibilidades de acesso indistinto de direitos necessários ao desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social de todas as crianças e adolescentes.
- E) O ECA, apesar de ser uma legislação protetiva, não demarca as crianças e os adolescentes, detentores de direitos, como sujeitos de deveres.

QUESTÃO 02

O artigo 4.º do ECA, além de destacar os direitos indispensáveis para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, evidencia que a garantia de prioridade absoluta está relacionada

- A) à primazia de receber proteção e socorro somente quando estiverem em situações de risco social.
- B) à preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- C) ao atendimento nos serviços públicos, atentos aos critérios locais, mas sem demarcação de quaisquer condicionalidades, considerando os critérios de elegibilidade e a existência dos serviços nas localidades.
- D) à destinação de recursos públicos para as áreas de proteção, quando esgotarem as possibilidades de sua aplicação em outras áreas, como a econômica e a que promove o desenvolvimento local.
- E) ao tratamento indistinto e permissivo que valida ou autoriza as crianças e os adolescentes a realizarem quaisquer atos e ações.

INSTRUÇÃO: Atente-se para os textos 1 e 2 a seguir para responder à questão 03.

Texto 01



Texto 02



Disponível em:
https://www.facebook.com/institutovladimirherzog/photos/a.288657247866210/1433000136765243/?type=3&locale=es_LA. Acesso em: 5 jun. 2023.

Disponível em: <https://blogdoafm.com.br/charge-criancas-brasileiras-sao-as-que-mais-temem-violencia-diz-unicef/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

QUESTÃO 03

Correlacione os textos 1 e 2 às previsões contidas no ECA a esse respeito.

- A) As violências existentes nas sociedades são complexas, mas inferem pouco no direcionamento e agravamento de situações específicas praticadas contra crianças e adolescentes.
- B) Os conselheiros tutelares, considerando a responsabilidade pela identificação de situações em que crianças e adolescentes vivenciam violências e agressões no âmbito familiar ou institucional, ao contrário de outros profissionais e agentes da defesa social, precisam ser constantemente capacitados.
- C) O conselheiro tutelar, ao ser a autoridade competente e constatar a situação de violência, deve afastar a criança ou adolescente, imediatamente, de sua família de origem.
- D) O texto 2 aborda a preocupação coletiva com a violência contra crianças e adolescentes, e, sobre o assunto, o ECA esclarece que a responsabilidade protetiva, nesses casos, é proeminentemente dos Conselhos Tutelares, do Ministério Público, do Juizado da Infância e Adolescência, enquanto órgãos responsáveis por sua defesa.
- E) As práticas de negligência que discriminam, exploram, violentam ou que são cruéis e opressoras devem ser responsabilizadas por ação ou omissão, de acordo com as previsões do ECA.

QUESTÃO 04

Correlacione os itens da Coluna I com os conteúdos apresentados na Coluna II.

COLUNA I

- 1 - Medidas de proteção
- 2 - Medidas socioeducativas

COLUNA II

- () Para serem aplicadas, são consideradas a capacidade dos sujeitos em cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade dos atos praticados.
- () São medidas aplicáveis, isolada ou cumulativamente, quando os direitos são violados, por ação, abuso ou omissão das famílias, sociedade e do Estado; inclusive, em situações em que a criança comete algum ato infracional.
- () Considerando suas atribuições e competências profissionais, não são medidas aplicáveis pelos conselheiros tutelares.
- () Por possuir caráter provisório e excepcional, o acolhimento institucional é uma das medidas previstas no ECA.
- () Sustenta-se, também, pelo princípio da intervenção precoce, considerando que a intervenção das autoridades competentes deve acontecer quando a situação de perigo for conhecida.

Indique a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA** de associações, considerando-as de cima para baixo.

- A) 1, 1, 2, 1, 2.
- B) 1, 2, 1, 2, 2.
- C) 2, 2, 1, 1, 2.
- D) 2, 2, 1, 2, 1.
- E) 2, 1, 2, 2, 2.

QUESTÃO 05

São linhas de ação da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente previstas pelo ECA

- A) a manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.
- B) a realização e a divulgação de pesquisas que versam sobre o desenvolvimento infantil e sobre as práticas de violência, com o intuito de disseminar informações sobre o assunto e prevenir a sua ocorrência.
- C) os serviços, os programas e os projetos que visem a garantir a prevenção e a proteção social de crianças e adolescentes.
- D) a municipalização do atendimento e a manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa.
- E) as políticas e os programas que objetivam alargar o período de aproximação e convivência familiar de crianças e adolescentes em famílias substitutivas, principalmente daquelas em situação de risco e vulnerabilidade social.

INSTRUÇÃO: Atente-se para os textos 1 e 2 a seguir para responder à questão 06.

Texto 01



Texto 02



Disponível em: <https://psicologianosuas.com/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

Disponível em: <https://livredetrabalho infantil.org.br/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

QUESTÃO 06

Apesar de o trabalho infantil ser uma prática historicamente incentivada, seja pela necessidade de “ocupar” o tempo ocioso de crianças e adolescentes, seja pela necessidade de se obter mais renda para o sustento familiar, o ECA, regulamentado pela Lei de n.º 8.069/1990, sinaliza, em seu 5.º Capítulo, que:

- A) O trabalho infantojuvenil é proibido para qualquer pessoa menor de 12 anos, exceto para o adolescente, que pode se inserir em atividades de aprendizagem, desde que não haja prejuízo de sua saúde.
- B) O adolescente maior de 16 anos pode ter acesso à remuneração e aos direitos trabalhistas, considerando a sua jornada de trabalho congênere a de uma pessoa com maior idade.
- C) O trabalho infantil só deve ser considerado quando existe remuneração pela atividade desenvolvida, condição essencial para que o trabalho efetuado perca seu caráter educativo.
- D) O trabalho infantojuvenil é proibido para qualquer pessoa menor de 14 anos, considerando seus impactos negativos para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, exceto quando a atividade é realizada na condição de aprendiz.
- E) A família decide quando é possível autorizar a inserção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, considerando suas necessidades, apesar da demarcação da idade para o desenvolvimento de atividades trabalhistas por parte desse público.

QUESTÃO 07

Considerando as atribuições e as competências previstas para os conselheiros tutelares, assinale **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () O exercício das atribuições previstas para os conselheiros tutelares só pode ser realizado por pessoas que foram escolhidas democraticamente pela comunidade.
- () A relação interligada entre o Conselho Tutelar com os Conselhos Municipais de direitos é de subordinação, mas também de parceria, considerando o público comum que ambos atendem, que são crianças e adolescentes.
- () A fiscalização de entidades governamentais e não governamentais deve ser realizada exclusivamente pelos conselheiros tutelares, considerando que eles conhecem as principais demandas e as necessidades de proteção das crianças e dos adolescentes em cada município.
- () As atribuições dos conselheiros tutelares estão previstas no ECA, entretanto, conforme normativas vigentes, outras podem ser criadas de acordo com as demandas do Poder Judiciário, Ministério Público, Poder Legislativo e Poder Executivo municipal.
- () As decisões colegiadas do Conselho Tutelar, proferidas no âmbito de suas atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata.

Indique a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**, considerando as afirmativas de cima para baixo.

- A) V, F, F, F, V.
- B) F, V, V, F, V.
- C) V, V, F, V, F.
- D) F, F, V, F, V.
- E) V, F, V, V, V.

QUESTÃO 08

Normativas vigentes, como a Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) n.º 231/2022, indicam as penalidades que podem ser aplicadas aos conselheiros tutelares que realizam atividades que não são de sua competência, ou que praticam atos e crimes que comprometem o trabalho do órgão defensivo que representam. São elas:

- A) A pena prevista para os atos ilícitos praticados pelos conselheiros tutelares é a suspensão do exercício da função, a ser aplicada quando houver a suspeita de que algo incompatível com a função foi realizado.
- B) O afastamento dos conselheiros tutelares, quando for necessário, deve acontecer imediatamente, assegurando a proteção, primeiramente, das crianças e adolescentes atendidos.
- C) As penalidades administrativas, como a advertência, a suspensão do exercício da função e a destituição do mandato, de forma atenta a outras circunstâncias e atenuantes previstos no Código Penal brasileiro, podem ser aplicadas quando evidenciados a gravidade da infração cometida e os danos por ela provocados.
- D) A apuração das infrações éticas e disciplinares cometidas por conselheiros tutelares deve priorizar o disposto na legislação do município que é aplicável aos outros servidores públicos.
- E) Os crimes que comprometem a idoneidade moral dos conselheiros tutelares são desconsiderados para a aplicação das penalidades relacionadas a sua prática profissional.

QUESTÃO 09

Com base no funcionamento dos Conselhos Tutelares nos municípios, assinale **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Os Conselhos Tutelares são órgãos que executam os serviços e os programas socioassistenciais responsáveis pela absorção das demandas de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, identificadas a partir dos atendimentos realizados.
- () A previsão de tratamento igualitário, em termos de manutenção de uma mesma carga horária de trabalho para todos os membros do Conselho Tutelar, existe; contudo, alterações podem acontecer mediante a necessidade de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes, fiscalização de entidades, programas, entre outras atividades externas.
- () O local de funcionamento dos Conselhos Tutelares deve ser mantido em sigilo em razão das situações de risco eminentes, apesar de o número telefônico de denúncia ser público, facilitando a divulgação.
- () O espaço dedicado ao funcionamento dos Conselhos Tutelares, além da existência de condições de trabalho favoráveis, deve possuir salas reservadas para a recepção ao público, o setor administrativo, os conselheiros tutelares e o atendimento, inclusive individualizados e simultâneos, do público em geral, contendo recursos lúdicos para crianças e adolescentes.
- () O regimento interno de funcionamento dos Conselhos Tutelares, elaborado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deve ser aplicado desde o primeiro ano de gestão dos conselheiros tutelares.

Indique a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**, considerando as afirmativas de cima para baixo.

- A) F, V, F, V, F.
- B) V, F, V, V, F.
- C) F, F, F, V, V.
- D) V, V, V, F, F.
- E) F, V, F, F, F.

QUESTÃO 10

Sobre a formação e a qualificação permanente dos conselheiros tutelares, previstas na Resolução do CONANDA n.º 231/2022, é possível afirmar:

- A) As prefeituras municipais, órgãos que regulamentam o trabalho dos conselheiros tutelares, devem criar espaços e canais para que cursos sejam oferecidos a esses profissionais, quando assumem essa função pública de caráter não jurisdicional.
- B) Os cursos e as oficinas podem ser oferecidos ao longo da gestão dos conselheiros tutelares e, preferencialmente, a sua oferta deve acontecer nos próprios municípios, considerando a responsabilidade desses profissionais de subsidiar os meios necessários à sua realização.
- C) A formação e a qualificação dos conselheiros tutelares acontecem por meio da Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (ENDICA), sob a responsabilidade das prefeituras locais em parceria com as entidades socioassistenciais de cada município.
- D) A Resolução do CONANDA, apesar de indicar as atribuições e as competências dos conselheiros tutelares, não prevê as formas e as possibilidades de qualificação para esses profissionais, logo o próprio órgão é o responsável por identificar as suas demandas e buscar parcerias para a sua permanente formação.
- E) A formação e a qualificação dos conselheiros tutelares devem ser permanentes, dessa forma os Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, apoiados pelo CONANDA, são importantes para o estabelecimento de uma política de qualificação atenta às demandas e às realidades identificadas.

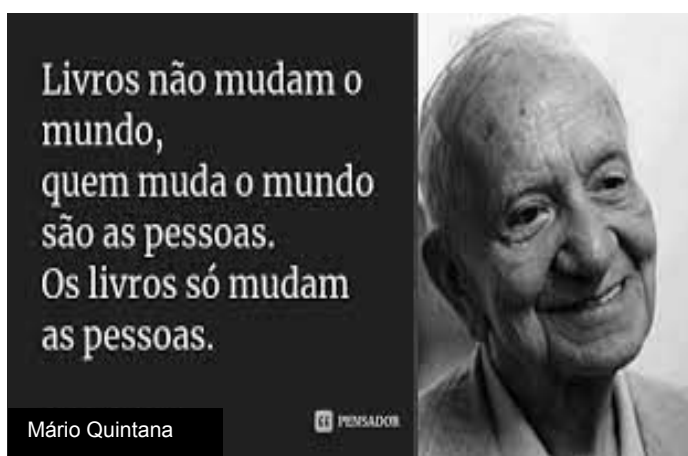
REDAÇÃO

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES

- 01 - A redação deve ser respondida na Folha de Respostas com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), no espaço reservado. A PROVA FEITA A LÁPIS SERÁ ANULADA E ATRIBUÍDA A NOTA ZERO.
- 02 - Se usar letra de FORMA, deverão ser observadas as normas de acentuação gráfica.
- 03 - A Folha de Respostas não poderá ter qualquer outra identificação do candidato, além da Identificação já impressa. Aparecendo o nome ou número de inscrição fora da Ficha de Identificação, a Prova será anulada e computada a nota zero.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

INSTRUÇÃO: Leia, com atenção, as citações a seguir.



Disponível em: <https://www.pensador.com/>. Acesso em: 4 jun. 2023.



Disponível em: <https://br.pinterest.com/>. Acesso em: 4 jun. 2023.

INSTRUÇÃO: Considerando as ideias apresentadas nas citações acima, redija um texto dissertativo-argumentativo de 15 a 20 linhas, que trate da importância da leitura como prática social.

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20